



PARECER PRÉVIO Nº 126/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11921/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Apuí.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Antônio Roque Longo (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3472/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas da Prefeitura de Apuí, exercício 2019, sob responsabilidade do **Sr. Antônio Roque Longo**, Gestor Municipal de Urucurituba, exercício 2018, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, caput e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas, bem como nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96;

- 11- **Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 8 de Agosto de 2023



PARECER PRÉVIO Nº 126/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 126/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 126/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11921/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Apuí.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Antônio Roque Longo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3472/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2019.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar** a Prefeitura Municipal de Apuí que atenda ao piso salarial nacional dos professores, conforme art. 2º, 5º e 6º da Lei nº 11.738/2008;
- 10.2. Determinar** a Prefeitura Municipal de Apuí que mantenha o Portal da Transparência do Município atualizado com as informações pertinentes às licitações, dispensa e inexigibilidades, contratos, LOA, LDO, PPA, Pareceres Prévios do TCE/AM e demais informações exigidas pela Lei nº 12.527/2011;
- 10.3. Determinar** que o órgão viabilize a realização de concurso público (art. 37, II, da CF/88) para o preenchimento de cargos;



ACÓRDÃO Nº 126/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 126/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

10.4. Determinar quanto à situação patrimonial do órgão, realize a correta avaliação de bens adquiridos nos exercícios anteriores a 2014, a fim de corrigir a distorção entre o balanço patrimonial e o relatório do setor de patrimônio, conforme art. 94, 95 e 96 da Lei 4.320/64;

10.5. Determinar que a Prefeitura realize a baixa contábil dos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados discriminados, conforme arts. 36 e 37 da Lei nº 4.320/1964;

10.6. Dar ciência ao Sr. Antônio Roque Longo, Prefeito Municipal de Apuí, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral